

O papel da Liga de Assistência Social e Combate a Tuberculose na fase Sanatorial de São José dos Campos (1935 – 1950)

Eduardo Pinto da Cunha Junior..... Antônio Carlos de Oliveira

Univap, Rua Tertuliano Delfim Junior, eduardocunha@fccr.org.br
Fundação Cultural Cassiano Ricardo/ DPH, Avenida Olivo Gomes, 100. Santana,
antocos72@itelefonica.com.br

Resumo- A Fase Sanatorial trouxe várias mudanças no cotidiano interiorano de São José dos Campos. Dentre as mudanças, a vinda dos sanatórios, que trouxe uma nova leva de moradores. Entre esses novos moradores, muitos doentes, e muitos sem condições financeiras. Pessoas duplamente excluídas socialmente: pobres e doentes. Visando atender esse público, cria-se a Liga de Assistência Social e Combate a Tuberculose. Formada por doentes e simpatizantes, a Liga, inicialmente, pretendia-se um partido político, formado por e para os tuberculosos. Contudo, devido a problemas com outros partidos já existentes, optou-se pela filantropia. Embora o objetivo da entidade fosse o bem-estar dos pacientes, o presente estudo propõe uma discussão, tendo em vista as políticas adotadas da mesma, sobre qual extrato da sociedade mais se favoreceu com a atuação da liga: os doentes, com o atendimento e abrigo gratuito, a classes mais altas, com os doentes contidos pela entidade e até transferidos para outras cidades, ou a prefeitura sanitária, que sem fundos para contornar a situação, utilizou da Liga para angariar contribuições junto a particulares e ao governo.

Palavras-chave: Fase sanatorial, Políticas públicas, filantropia

Área do Conhecimento: História (Ciências Humanas) **O papel da Liga de Assistência Social e Combate a Tuberculose na fase Sanatorial de São José dos Campos (1935 – 1950)**

Introdução

A fase Sanatorial compreende o momento da história de São José dos Campos no qual a cidade, devido a rumores e propagandas veiculadas na cidade de São Paulo sobre a qualidade do clima, passou a receber doentes portadores de tuberculose. Neste momento da história da cidade foram construídos em seu espaço territorial sanatórios, pensões e atividades afins, para o tratamento destes doentes, alcançando seu ponto alto na criação da Estância Hidromineral e Climatérica de São José dos Campos (1935). Compreendeu o período dos anos finais do Séc. XIX até aproximadamente a metade do século XX.

A partir de pesquisas preliminares, verificou-se que a Fase Sanatorial pode ser dividida em três períodos distintos: O primeiro período, considerado desde o fim do século XIX até 1918, com o começo da construção do primeiro sanatório de São José dos Campos. Nesse pode-se perceber o entusiasmo de parte da cidade, principalmente na área político governamental, onde se idealizou as possibilidades de incremento econômico oriundo da organização da cidade enquanto estância de cura. A cidade que vivia em torno da agricultura de média e pequena produção, tendo como principais atividades o cultivo de café, açúcar, fumo, cereais e criação de gado (BITTENCOURT- 1998), viu chegarem os

doentes e, juntamente com eles, vários novos benefícios para a cidade, com prédios e melhorias infra-estruturais, como a primeira farmácia da cidade (1867), a vinda da estrada de ferro Central do Brasil (1876), a construção do poço público (1879), a instalação de lampiões a querosene (1897), o novo serviço de abastecimento de água para atender as novas necessidades da cidade (1909). Período de improvisos e readaptações, que culminou com a chegada do Sanatório Vicentina Aranha (1918) trazendo a infra-estrutura dos sanatórios e novos investimentos tanto governamentais quanto privados. O segundo período, em que o governo passou a tomar uma série de medidas para melhor convivência entre doentes e sãos, como o estímulo à criação de diversos sanatórios, da primeira rede de esgotos (1921), a transferência da estação de trem (1924), a construção do centro de saúde (1932), e a criação da estância, primeiro em climatérica (12/03/1935), e, posteriormente, em hidromineral (16/12/1935), visando sistematizar e conter a chegada dos doentes na cidade, vistos como elemento de riscos de contágio. O medo de contágio por parte da população, que perpassa todos os três períodos, assumiu corpo e voz nesse momento nos periódicos locais, tendo vários exemplos deste, principalmente na coluna “Farpas”, do “Correio Joseense”. Exemplo importante a ser citado deste momento, se dá pelo documento do serviço sanitário do Estado de São

Paulo e assinado pelo prefeito da época, Rodolpho Mascarenhas, encontrado no Arquivo Público do Município, fundo Gabinete do Prefeito. Começa justificando, para um destinatário desconhecido, que o município só recebia doentes pobres na Santa Casa de Misericórdia, mediante uma espécie de indicação da sede da mesma em São Paulo.

Pelo documento percebe-se certo tom de emergência no texto do prefeito. O “Édem” dos tuberculosos já não parecia tão amigável e receptivo. A administração pública não estava preparada para o fluxo de doentes que aumentava constantemente, incentivados pela idéia comum daqui ser a cidade perfeita para a cura: clima favorável, povo receptivo, infra-estrutura além de ser mais barata e de melhor acesso do que Campos do Jordão.

Se a afirmação do nosso clima ser favorável já é discutida, o “clima” entre doentes e sãos também não era dos melhores. Durante a década de 20, o jornal Correio Joseense tinha uma coluna chamada “Farpas”, que servia justamente para extravasar a suposta “voz do povo de São José”. Utilizando de linguagem simples, rural, um personagem vai relatando, em rima, a situação que a cidade se encontra com a vinda dos doentes, que explorariam o cidadão, “comendo nosso filé”, reclamando de preços altos e escarrando em nossas ruas.

O terceiro e último período compreende o espaço de tempo entre a criação da estância até o fim da fase sanatorial. Nesse período, apesar de todos os esforços, o número de doentes continua crescendo, tanto pelo contágio, quanto pela migração (ESTADO DE SÃO PAULO – 1942). Com o aumento do número de doentes, o preconceito e discriminação para com os mesmos permanece, estigmatizando a cidade e seus moradores. Como exemplo, temos o comportamento citado por vários memorialistas e pessoas que viveram o período, de viajantes, que, ao passarem de trem por São José, os passageiros tamparem o nariz e a boca com medo do contágio (LEME – 1944). Podemos também verificar medidas de contenção da relação portadores de tuberculose e sãos por parte do governo, que colocavam nos largos e praças, bancos sem encostos para evitar que os doentes se sentassem nos mesmos.

Na época considerada por nós como o terceiro período, surgiu a Liga de Assistência Social ao combate à Tuberculose, em 1936. Fruto de uma tentativa frustrada de criação de um partido de tuberculosos, depois de arranjos a Liga pode surgir como uma instituição filantrópica de assistência social ao doente, bem como o operário pobre da cidade e do campo (APM, LT 2) Porém, ao contrário de outras ligas que existiram antes, em outros municípios, que se resumiam a

distribuição de medicamentos e educação sanitária (FERREIRA ANTUNES), a liga mantinha, além desses trabalhos, cursos de aperfeiçoamento para que tuberculosos se readaptem ao mercado de trabalho, um sanatório (Ademar de Barros I e II) para o tratamento de tuberculosos pobres e, quando o número de doentes aumentou para um número, segundo eles, insuportável, tomou a polêmica atitude de conseguir, junto ao governo, passagens para os doentes voltarem para suas cidades.

O estudo histórico das relações governo municipal / governo estadual, instituições públicas e privadas para tratamento da tuberculose nas estâncias de cura possibilita a ampliação de análise e consequentemente, maior entendimento acerca das políticas públicas adotadas, no período estudado, para organização social, visando, de um lado, manter sob controle o contágio e, de outro, manter uma imagem atraente aos doentes, para manter o sistema.

No caso de um estudo sobre a Liga este processo se aprofunda, uma vez que os focos de ação da mesma eram os tuberculosos pobres. Neste sentido, podemos esclarecer como as políticas públicas tratavam este grupo social e se, em algum momento, este problema foi “terceirizado”, ou seja, encaminhado para outras instituições, demonstrando assim, um despreparo da organização pública em sanar o problema.

Embora a historiografia joseense tenha desenvolvido vários trabalhos acerca da fase sanatorial, encontramos poucas referências nas pesquisas existentes, da Liga, apenas breves e imprecisos históricos. Até mesmo se tratando de ano de fundação do sanatório, encontramos imprecisões (CESCO – 1992), e foi possível encontrar detalhes do processo de fundação somente consultando fontes primárias. Além disto, poucos trabalhos tratam da questão dos tuberculosos pobres. No livro Arquitetura Sanatorial, o assunto é utilizado apenas como introdução do objeto em questão, no caso o sanatório Ademar de Barros. No caso do livro Uma visão da fase sanatorial, a liga é citada várias vezes, porém mantendo seu papel de coadjuvante, desta vez perdendo destaque para as Pequenas Missionárias de Maria Imaculada. As informações que o livro fornece são descontinuadas e imprecisas, além de não fornecer as fontes, o que descaracteriza como trabalho científico.

Pode-se também tentar discutir essa idéia constante de vários livros de que a cidade era hospitaleira, de braços abertos para receber os pobres e doentes. Comparando essas informações com dados da época (Correio Joseense, Gabinete do prefeito) o cenário que se monta é que parte significativa da sociedade joseense via os visitantes como intrusos que, além

de infectá-los, eram exploradores e mal-agraçados.

Metodologia

Para a confecção do trabalho, utilizaremos de fontes documentais primárias e secundárias, fontes orais e livros sobre o tema, a cidade. As fontes primárias e secundárias serão principalmente as que se encontram sobre a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos, como o Fundo do Gabinete do Prefeito, as Atas de Câmara, o Fundo Liga de Assistência Social ao Combate à Tuberculose e as edições do Correio Joseense. Os livros existentes acerca da cidade, compõem-se de teses, livros de arquitetura, compilações históricas e livros de memorialistas e de ficção, que embora não tratem especificamente da Liga, nos auxiliarão a entender o período e a relação da cidade com os doentes em variadas gamas. Como não foi encontrado nenhum livro tendo a Liga como assunto principal, trabalharemos com livros de memorialistas e autores que tratam da questão tuberculose na cidade.

Estruturaremos o trabalho de tal forma: Introdução, capítulo 1: Tuberculose e as políticas públicas- Séc. XIX e XX, Capítulo 2: São José dos Campos - da aldeia a fase sanatorial, Capítulo 3: Liga de Assistência Social ao combate à Tuberculose, Capítulo 4: Liga e as políticas públicas de assistência ao doente pobre, Conclusão.

Discussão

Considerando não só os objetivos, mas sim as ações realizadas pela Liga, podemos considerá-la como uma instituição puramente filantrópica? As medidas tomadas não seriam um meio para o governo, indiretamente, resolver o problema dos doentes pobres? Ou ainda um meio de embelezar a cidade, mandando os tísicos que não podiam pagar pelas pensões e sanatórios de volta a terra de origem?

Conclusão

Após todo a reflexão que o estudo possibilita, fica a imagem de que a Liga, mesmo tendo sido uma importante instituição filantrópica, atendia também outros extratos da sociedade além dos pobres doentes. Sua “limpeza” das ruas deixou a classe da cidade que não via os doentes com bons olhos, satisfeita, pois sentiam que a cidade estava embelezada. Além disto, as políticas adotadas pela instituição iam ao encontro das diretrizes Varguistas da época, que não considerava interessante o agrupamento de tantos

doentes sem condições em um único lugar. Certas atitudes da L.A.S.C.T. apenas amenizavam a situação dos doentes, o que deixa a idéia de não ser estes o seu alvo principal.

Referências

BERTOLLI FILHO, Cláudio. “As coisas nos seus devidos lugares: São José e a ditadura Vargas” in: Cadernos do CIRC – centro de informações e referências culturais. São José: a cidade, a cultura e seu tempo. Ano I – N° 1. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996.

BITTENCOURT, Tânia. Arquitetura Sanatorial – São José dos Campos. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo/ Johnson & Johnson IND.COM. LTDA. 1998.

CESCO, Nelly de Toledo. São José dos Campos: Uma visão da fase sanatorial. São José dos Campos: Fundação Cultural “Cassiano Ricardo”, 1992.

ESTADO DE SÃO PAULO. Resumo do movimento demográfico sanatorial do estado de São Paulo por município – 1930 – 42. São Paulo, Secretaria de Saúde Pública – Departamento de saúde- Seção de estatísticas sanitárias, 1942.

FERREIRA ANTUNES, José Leopoldo *et al.* Tuberculose através do século: Ícones canônicos e signos do combate à enfermidade. *In* Ciência e saúde coletiva. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7101.pdf>

LEME, José Dias. Ilha da esperança. Campinas, 1944.